

MECANISMOS DE ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE E FORTALECIMENTO DA SUCESSÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Proponentes:

Prof. Gabriela Coelho-de-Souza - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (AsSsAN Círculo), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Região Sul

Prof. Ruth Helena Cristo Almeida - Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA - Região Norte

Resumo

Um dos grandes desafios enfrentados pelas comunidades rurais está centrado na permanência dos jovens em seus territórios. Os distintos grupos rurais apresentam dinâmicas diferentes referentes aos processos de sucessão rural, as quais estão relacionadas à etnia, cultura, localização geográfica, condições socioambientais, acesso aos centros urbanos, à internet e a tecnologias, organização das comunidades, participação em movimentos organizados, acesso políticas públicas e projetos, entre outros. Neste contexto, este Grupo de Trabalho tem como objetivo sistematizar, analisar e debater os mecanismos que promovem o fortalecimento da juventude nos territórios rurais, contribuindo para a sucessão rural. Partimos da hipótese de que comunidades que possuem uma identidade coletiva compartilhada apresentam mecanismos mais eficientes de manter os jovens junto aos territórios. O GT acolhe trabalhos que evidenciam os mecanismos que promovem o engajamento de jovens rurais em seus territórios e fortalecem o processo de sucessão nos territórios rurais, bem como trabalhos que apresentem experiências de projetos e políticas que promovem o engajamento dos jovens junto a suas comunidades.

Síntese

Um dos grandes desafios enfrentados pelas comunidades rurais está centrado na permanência dos jovens em seus territórios. Os distintos grupos rurais apresentam dinâmicas diferentes referentes aos processos de sucessão rural, as quais estão relacionadas à etnia, cultura, localização geográfica, condições socioambientais, acesso aos centros urbanos, à internet e a tecnologias, organização das comunidades, participação em movimentos organizados, acesso a políticas públicas e projetos, entre outros. Atualmente, se observa em determinados territórios, um grande esvaziamento do rural, ao mesmo tempo, situações onde a juventude rural vem se fortalecendo e inovando, resultando em processos consistentes e promissores de sucessão rural. Além disso, algumas políticas públicas vêm atuando sobre essa temática, como políticas de Educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Escolas de Educação do Campo; Políticas de Desenvolvimento Agrário, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

Territórios Rurais (2003-2016), Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 (2024, em andamento), entre outros.

Neste contexto, este Grupo de Trabalho tem como objetivo sistematizar, analisar e debater os mecanismos que promovem o fortalecimento da juventude nos territórios rurais, contribuindo para a sucessão rural. Partimos da hipótese que comunidades que possuem uma identidade coletiva compartilhada apresentam mecanismos mais eficientes de manter os jovens junto aos territórios. O GT acolheu trabalhos que evidenciam os mecanismos que promovem o engajamento de jovens rurais em seus territórios e fortalecem o processo de sucessão nos territórios rurais, bem como trabalhos que apresentaram experiências de projetos e políticas que promovem o engajamento dos jovens junto a suas comunidades. Os pesquisadores foram convidados a submeterem trabalhos que refletissem e debatessem sobre as seguintes questões:

Quais são as formas de engajamento dos jovens indígenas, quilombolas, assentados e demais povos e comunidades tradicionais rurais, que promovem sua permanência nos territórios rurais? Como esses mecanismos são gerados, mantidos e quais os seus resultados nos processos sucessoriais?

Como espaços coletivos, quer seja espaços específicos da juventude, quer seja espaços comunitários, promovem a permanência dos jovens em suas comunidades, contribuindo para a sucessão rural? Espaços que constroem uma identidade coletiva relacionada à juventude têm maior incidência sobre a manutenção dos jovens nos territórios rurais?

Como o acesso à internet, crédito e tecnologias influenciam na permanência dos jovens em seus territórios? As inovações nas práticas produtivas tendem a ser implementadas pelos jovens? Como as inovações contribuem para o interesse dos jovens na permanência no rural?

Como os processos de curricularização da extensão nos cursos das Instituições de Ensino Superior vêm contribuindo para processos de desenvolvimento envolvendo os jovens rurais? Quais os mecanismos que promovem a motivação para a permanência dos jovens nos territórios rurais? Como essas práticas vêm ocorrendo? Quais os avanços e aprendizados?

Como a implementação de políticas públicas visando o fortalecimento da juventude rural vêm contribuindo para a permanência dos jovens nos territórios rurais? Quais políticas são mais eficazes? A Agroecologia, a produção de sistemas agroflorestais e os produtos da sociobiodiversidade se constituem em políticas com interesse dos jovens rurais? Elas contribuem para a permanência em seus territórios?

A relevância da proposta está centrada na identificação e análise de mecanismos que promovem a permanência dos jovens rurais em seus territórios. Em um mundo globalizado onde os jovens são expostos a um intenso fluxo de informações, há um grande apelo e sedução às supostas facilidades dos centros urbanos, ao mesmo tempo, uma desvalorização do rural, de forma geral, gerando muitas vezes a estigmatização do jovem no rural. Ao mesmo tempo, as redes sociais e tecnologias vêm promovendo a conexão entre os jovens, como a juventude indígena que vem utilizando as tecnologias digitais para a elaboração de vídeos e documentários, reafirmando sua cultura.

A produção em sistemas agroflorestais, os produtos da sociobiodiversidade e as agroindústrias vêm se constituindo em inovações com capacidade de valorização do rural. Recentes iniciativas de empreendedorismo e inovação, implementadas por projetos e políticas públicas, vêm fortalecendo esses processos evidenciando um dos caminhos

promissores de permanência do jovem nos territórios. Ao mesmo tempo, essas possibilidades geram severas críticas relacionadas à idealização do empreendedorismo, o qual reforça a ideologia neoliberal, ignorando direitos sociais levando à transferência da responsabilidade do desenvolvimento rural para os jovens.

Nesse contexto, a sistematização das pesquisas que venham a constituir esse Grupo de Trabalho tem grande potencial de elucidar os complexos e multidimensionais processos que contribuem para a permanência dos jovens nos espaços rurais. Esses resultados têm grande potencial de contribuir para o avanço dos estudos rurais, ao mesmo tempo em que podem subsidiar políticas públicas para o fortalecimento da juventude rural e o enfrentamento dos desafios da sucessão rural.

Esta síntese está baseada no acolhimento de 11 trabalhos que buscaram responder às questões propostas por este GT. Os trabalhos foram desenvolvidos majoritariamente sobre o contexto brasileiro, com exceção do trabalho de Gareis (2025) que analisou os processos referentes à juventude do norte de Misiones na Argentina. Desses, 8 foram desenvolvidos a partir de contextos locais, enquanto 3 trabalhos desenvolveram uma análise geral, destacando reflexões sobre políticas públicas implementadas envolvendo a juventude (Moura, 2025; Schreiner et al, 2025; Silva, 2025).

Os trabalhos basearam-se em análise documental, análises de legislações, pesquisa bibliográfica a partir de diferentes bases de dados como o Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lume Repositório Digital UFRGS, pesquisa no site eletrônico da Revista Brasileira de Agroecologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Nas bases indexadoras foram usadas palavras chaves como juventude, agroecologia, educação, identidade e sucessão rural.

Os trabalhos realizados em contextos empíricos foram desenvolvidos a partir de metodologias qualitativas por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas com jovens rurais, alunos e instituições, análises comparativas, análises de contextos de educação formal, informal, projetos, iniciativas de turismo rural e espaços de comercialização como feiras. Em termos metodológicos também se destacam trabalhos desenvolvidos por meio da construção do conhecimento a partir da extensão, contando com técnicas de educação popular como oficinas, cursos, rodas de conversa, atividades de campo, excursões educativas e construção de mapas sensoriais dos territórios (Petry et al. 2025; Prestes et al., 2025).

Os trabalhos foram desenvolvidos em diferentes contextos territoriais e regiões geográficas. Destaca-se o contexto do trabalho de Gareis (2025) em Puerto Libertad (província de Misiones), território que vivenciou rápidas transformações desde a década de 2010, onde a juventude recém chegada nesta época, acompanhou o acesso a serviços de água e energia elétrica, melhorias nos caminhos, instalação de escolas, creches e um centro de saúde implementado nas localidades. Além deste, destaca-se como um trabalho localizado em um território, o de Prestes et al. (2025) que analisou um projeto focado nas crianças e jovens objetivando a continuidade das práticas extrativistas sustentáveis dos manguezais das Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR) do nordeste paraense. No Brasil, os trabalhos foram realizados, além do Pará, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Pernambuco.

Como princípios que orientaram grande parte dos trabalhos, está o reconhecimento de que a juventude rural na atualidade tem se transformado em uma categoria cada vez mais heterogênea. Ela é um segmento das agriculturas familiares que apresentam profundas diferenciações internas, tanto no que diz respeito à origem étnica, social e política dos agricultores (assentados, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais,

arrendatários, posseiros, herdeiros, etc.), quanto aos biomas e ecossistemas que habitam, além do nível de capitalização, acesso a políticas públicas, trajetória organizacional e relação com o mercado.

A juventude representa o elo essencial entre o passado e o futuro, considerando que suas decisões impactarão a continuidade dos modos de vida e da permanência das agriculturas familiares nos territórios. A fase da juventude acompanha o processo de autonomização juvenil, que pode ser compreendida como a fase em que os/as jovens começam a se afastar material e economicamente de seus pais, formando unidades familiares próprias, tomando decisões autônomas e exercendo maior controle sobre seu tempo, espaço e corpo (CHAVES, 2021).

Segundo Chaves (2021), citada por Gares (2025), essa transição é um traço distintivo da juventude e é moldada tanto por discursos normativos sobre o que se espera dos jovens quanto pelas formas de apropriação ou resistência que eles/as desenvolvem. Autores como Favareto et al. (2024, p. 258), citados por Silva (2025), afirmam que apesar do acesso a bens e serviços continuar como questão importante ao debate de sucessão, outros fatores emergem como “novas características do mercado de trabalho, maior escolaridade das gerações mais novas, no estreitamento físico e simbólico das relações com o mundo urbano e na recomposição das relações de gênero”

Outro princípio balizador foi a formação de sujeitos ecológicos, por meio da agroecologia e da educação popular, trabalhado por Spader (2025), a partir de Leff (2001) e Freire (1970). As práticas agroecológicas e de educação popular promovem a reconstrução o pertencimento juvenil, ao integrar saberes campestinos, ancestrais, práticas sustentáveis e o processo de sensibilização e pensamento socioambiental crítico, fortalecendo a formação de sujeitos ecológicos para sensibilização e a valorização do território, da cultura, do ambiente para reconstrução do sentimento de pertencimento. Pois o território é mais do que o espaço onde se pisa, é extensão da memória, da cultura, da história, da identidade, do futuro e da esperança de cada povo.

Em relação às problemáticas que levam ao êxodo rural, largamente trabalhadas na literatura, os trabalhos apontaram como os principais fatores o acesso desigual à educação, à saúde, ao lazer e às oportunidades profissionais, a defasagem estrutural entre campo e cidade (WHITAKER; DE SOUZA, 2006; BREITENBACH; CORAZZA, 2017; CRISÓSTIMO et al., 2009), citados por Pavan et al. (2025). O autor apresenta a importância de compreender os projetos de vida da juventude rural não como determinismos binários (ficar ou sair), mas como construções negociadas em contextos marcados por contradições, pois a permanência no campo só se torna uma possibilidade viável quando articulada a um conjunto de condições objetivas — renda, infraestrutura, políticas públicas — e subjetivas — pertencimento, identidade, valorização social. Neste contexto, a perspectiva de permanência está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento ao meio rural, mas também às possibilidades concretas de inserção produtiva e à existência de relações familiares mais democráticas, e a sucessão, portanto, não se limita a uma decisão intergeracional, mas envolve elementos como gênero, acesso à terra, divisão do trabalho e distribuição dos lucros na propriedade.

A institucionalização da juventude como beneficiária de políticas públicas tem início em 2010 por meio da Emenda Constitucional 65, de 2010, que altera a denominação do Capítulo VII e modifica o artigo 227 para “cuidar dos interesses da juventude”. Como juventude, são considerados indivíduos de 15 a 29 anos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário lidera políticas envolvendo a juventude rural como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), que no seu ciclo de 2014 a

2018, incentivou a III Conferência de Juventude de 2015. As primeiras conferências foram realizadas em 2009 e 2011.

Em 2025, foi sancionada a Lei nº 15.178/2025 que institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Esta tem como objetivos: I - oferecer serviços públicos de qualidade à juventude rural em todo o território nacional; II - garantir o acesso à terra e ao território para sua reprodução social e cultural e o pleno desenvolvimento socioeconômico; III - ampliar as oportunidades de trabalho e renda; IV - fomentar o planejamento sucessório e a regularização fundiária das áreas envolvidas; V - fomentar a utilização de mitigadores de risco, como seguro rural e fundo de aval; VI - reconhecer, ampliar e qualificar a participação social e política; VII - fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia com enfoque na sucessão geracional (BRASIL, 2025).

Destacam-se entre os eixos¹ de atuação da política: I - acesso à terra e ao território; II - acesso ao crédito rural adequado, inclusive o crédito fundiário e o habitacional, conjugado com assistência técnica e extensão rural e instrumentos direcionados à comercialização agrícola; III - apoio à criação de cooperativas e de associações de jovens agricultores para a promoção da geração de renda e participação ativa na gestão das propriedades; IV - parcerias com instituições de ensino e pesquisa e entidades vinculadas aos serviços sociais autônomos (Sistema S) para a oferta de cursos técnicos e de treinamentos; V - acesso à educação do campo, com adoção da pedagogia da alternância;

Entre as políticas que impactam a juventude rural, os trabalhos destacam ainda as políticas educacionais dos últimos vinte anos, como a interiorização das universidades, a criação dos Institutos Federais, as políticas de cotas, bem como as políticas de permanência para estudantes de baixa renda e/ou negros e indígenas, ao mesmo tempo em que as comunidades passam a ter seus jovens como profissionais formados e atuando nos territórios.

Os processos educacionais formais e informais foram foco das análises de alguns trabalhos. O trabalho de Silva (2025) sobre os jovens de assentamentos rurais acadêmicos do PRONERA, e o de Spader (2025) com os alunos da EFA-Sul de Canguçu, ressaltaram a pedagogia da alternância, como um mecanismo que cria pertencimento, valorização e enraizamento nos territórios. A alternância no tempo escola permite o conhecimento do novo, ao mesmo tempo, em que o tempo comunidade fortalece os laços com os territórios.

Os alunos ao estudarem e criarem projetos para seus lotes, propriedades e assentamentos, intercalando o tempo escola e comunidade, vão criando novas identidades junto às comunidades, passando de jovens a sujeitos que pensam, planejam e exercem a extensão rural. Nesse sentido, aquelas comunidades que se apresentavam mais abertas à atuação do estudante do PRONERA, promoviam o diálogo de saberes entre conhecimento científico e tradicional, permitindo aos estudantes posicionarem-se como técnicos no desenvolvimento de seu território, de acordo com os interesses do coletivo do assentamento.

As Instituições de Ensino Superior também tem destaque nos processos de enraizamento por meio do tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nos processos de curricularização da educação a partir de aspectos da educação popular agroecológica e da extensão rural, como proposto pelo Programa Nacional de Fortalecimento

¹ Os demais eixos são: VI - promoção da qualidade de vida, com acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; VII - acesso a políticas públicas de infraestrutura, de mobilidade e de conectividade; VIII - garantia da presença da juventude rural nos espaços de negociação e debate e nas instâncias de controle e representação social e popular instituídos para elaborar, implementar e monitorar a execução das ações previstas na referida Política; IX - regularização fundiária simplificada das áreas objeto da sucessão patrimonial.

da Assistência Técnica e Extensão Rural nos assentamentos, conforme analisado por Schreiner et al. (2025).

Essas políticas, embora não tenham alcance massivo, vêm construindo uma nova dinâmica em relação à formação da juventude beneficiária de projetos do INCRA. Essa fragilidade está associada, além do recente reconhecimento da juventude como sujeito de direito, também à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2019 e sua recriação a partir de 2023.

Entre as principais problemáticas identificadas estão a falta de alcance das políticas públicas específicas para a juventude rural. Estas são muito recentes, o que não permite uma nitidez sobre sua eficiência. Além disso, de uma forma geral, a precariedade de serviços básicos como educação, saúde, transporte, lazer e conectividade, a falta de oportunidades de renda estável e valorização social da agricultura, processos sucessórios não planejados ou excludentes, a atração das oportunidades urbanas e promessas de autonomia, consumo e mobilidade, a invisibilidade estatística e ausência de dados detalhados para subsidiar políticas, o envelhecimento da população rural, a baixa titularidade juvenil e a estigmatização cultural do 'ser colono'.

Por outro lado, há fatores e mecanismos que favorecem a permanência, como a valorização do trabalho e da identidade rural a partir do ethos agroecológico, os sistemas agrofloretais e os produtos da sociobiodiversidade, o reconhecimento social e o orgulho do ofício, a autonomia produtiva propiciada por feiras agroecológicas e mercados de proximidade, o fortalecimento do capital social por meio de redes de solidariedade e associativismo, o acesso à formação técnica e superior aliada à inovação agroecológica, as experiências culturais e midiáticas produzidas pelos próprios jovens, as políticas de apoio estudantil, a diversificação econômica e a apropriação cultural positiva que ressignifica o ser camponês (Guedes et al., 2025; LEÃO, 2025).

As propostas de políticas públicas sugeridas incluem a criação de políticas integradas de juventude rural com foco em renda, formação e cultura; apoio à comercialização direta e certificação participativa; investimento em infraestrutura e serviços no campo; programas de residência e formação vinculados ao território; ampliação do acesso à terra e crédito diferenciado para jovens agricultores; valorização cultural e comunicacional das identidades rurais; e apoio à inovação e à agroecologia.

A síntese evidencia princípios e caminhos promissores regionalizados sendo desenvolvidos em pequenas escalas, ao mesmo tempo, em que processos avassaladores de desterritorialização vem acontecendo, empurrando a juventude rural para os espaços urbanos. Concomitantemente, um grande avanço normativo e institucional, ao reconhecer a juventude como uma categoria que transcende a adolescência e busca focar em políticas que contribuam para o estágio do desenvolvimento dos jovens rurais onde as decisões sobre a constituição de novos núcleos familiares estão em jogo entre o rural e o urbano.

Neste contexto, emergem as seguintes questões para o avanço deste debate: Considerando que o sentimento de pertencimento e valorização dos saberes da juventude são fatores de manutenção do jovem no rural. Considerando que a questão de gênero é um fator que pode criar desigualdades para a manutenção do jovem no rural. Considerando que lideranças da juventude e multiplicadores têm demonstrado fatores de manutenção dos jovens no rural. A partir dos trabalhos e da síntese, quais os mecanismos de fortalecimento dos fatores que mantém o jovem no rural? Quais os mecanismos de enfraquecimento dos fatores que mantém o jovem no rural? Como políticas públicas e redes comunitárias podem atuar no fortalecimento desses fatores?

De que forma políticas públicas voltadas à educação, cultura, crédito, infraestrutura, inclusão produtiva e tecnológica podem fortalecer a sucessão rural e incentivar o engajamento dos jovens nos territórios rurais? Compreendendo que a temática da juventude rural é intersetorial, a partir do contexto do seu trabalho e da síntese produzida, o conjunto de políticas públicas para a juventude rural é suficiente? Como elas podem ser fortalecidas? Como elas podem ser complementadas?

Processos educacionais se mostraram de grande potência para fortalecer laços da juventude nos territórios. A partir do contexto do seu trabalho e da síntese, quais ações educacionais podem ter maior efetividade nos processos de sucessão rural nos territórios dos trabalhos? E de uma forma geral? Como o processo de curricularização da extensão, ou seja do envolvimento de disciplinas das instituições do ensino superior, da pesquisa e da extensão podem contribuir para o tema do fortalecimento da juventude nos seus territórios?

A Agroecologia, a produção de sistemas agroflorestais, os produtos da sociobiodiversidade e os territórios coletivos se constituem em políticas com interesse dos jovens rurais? Elas contribuem para a permanência em seus territórios?

O GT avançou nas questões propostas, evidenciando a heterogeneidade de situações onde os trabalhos foram desenvolvidos. O debate se direcionou para a análise da recente Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural a qual atende às demandas identificadas nos diferentes trabalhos, agindo de forma intersetorial na promoção de mecanismos para o engajamento e manutenção dos jovens no rural. Entretanto, por se tratar de uma política intersetorial, ela apresenta as fragilidades de políticas que demandam a ação articulada de diferentes setores, em especial dotação orçamentária para sua implementação (Guerra e Cruz, 2023).

Referências

BRASIL 2025 [Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2025/lei/l15178.htm) institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2025/lei/l15178.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2025.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Espacios*, v. 38, n. 29, 2017.

CHAVES, M. Por-venires en tiempos distópicos (o acerca de juventudes, desigualdades, pandemia, utopías, Estados, la vida, la muerte, y... ¿algo más?). Em: MARCON, F.; NORONHA, D. P. DE (Eds.). *Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política*. 1er ed ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 45–60.

CRISOSTIMO, A.L. et al. Capacitação de jovens rurais nas escolas de ensino médio da região Centro-Sul do Paraná. *Revista Publicação*, v. 2, n. 1, 2009.

FAVARETO, A.; VALENCIA, M.; FAVARETO, A. Juventudes rurais: o que diz a literatura e algumas questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 242–263, 2024. DOI: 10.37370/raizes.2024.v44.891. Disponível em:

<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/891>. Acesso em: 5 maio. 2025.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAREIS, L. Juventudes, ruralidades e trabalho: formas de ganhar a vida no norte de Misiones, Argentina. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

GUEDES, A.C., BATISTA, E.H.A., MEDEIROS, J.O. Para além do agrícola: Turismo Rural como alternativa para jovens do campo em Ituiutaba (MG). Anais 11o Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

GUERRA, E.T., CRUZ, M.C.M.T. Intersetorialidade e políticas públicas para as juventudes: contribuições de produções acadêmicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. 28: 1-20, 2023.

LEÃO, E.L.S. ensaio sobre o ethos agroecológico nas feiras de recife e seu potencial vínculo com o engajamento e sucessão da juventude rural. Anais 11o Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

MOURA, M. B.M. Os jovens do campo no debate do campesinato e reforma agrária de mercado. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

PAVAN, A.A., FERRANTE, V. L.S., QUEDA, O. O futuro da agricultura familiar em xeque: invisibilidade, sucessão e permanência no campo. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

PETRY, L., SCHREINER, C.T., COELHO-DE-SOUZA, G. Sistemas agroflorestais agroecológicos e juventude rural: potencialidades e desafios na permanência na agricultura familiar. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

PRESTES, V.C., LOPES, A.N.A., COSTA, L.J.C. Protetores do Mangue: engajamento da juventude de resex-mar na amazônia paraense. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

SCHREINER, C.T., CORCIOLI, G., COELHO-DE-SOUZA, G. Metodologia Proforex e os jovens agentes locais de formação (ALFs): empoderamento juvenil e transformação nos territórios rurais. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

SILVA, J.L.M. Formação em agronomia pelo PRONERA e o exercício da extensão rural: os sentidos de permanecer. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

SPADER, G.R. Agroecologia e educação popular: estratégias contra o êxodo rural através da reconstrução do pertencimento juvenil. Anais 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2025.

WHITAKER, D.C.A.; DE SOUZA, M.F. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. Retratos de Assentamentos, v. 9, n. 1, p. 113-125, 2006.

